

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.37, n.1-2, janeiro/fevereiro 2015

sumário

- 1 OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015
Francisco José Gouveia de Castro
- 3 O NÍVEL DE OCUPAÇÃO EM 2015
Guilherme Amorim
- 6 O DÉFICIT COMERCIAL DE 2014
Ana Sílvia Martins Franco
- 9 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 12 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SILVIO MAGALHÃES BARROS - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

MARINA MARUYAMA MORI (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015

*Francisco José Gouveia de Castro**

Os indicadores de atividade econômica em 2014 evidenciam a trajetória descendente da economia brasileira e a perspectiva negativa em relação aos resultados do exercício de 2015, transferindo para o longo prazo a possível retomada de um novo ciclo de expansão sustentada dos negócios realizados no território nacional.

Segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a média das expectativas de mercado para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é de -0,50%, em 2015, o que torna mais difícil implementar os ajustes necessários na economia nacional. Não há dúvida de que as medidas são custosas em curto prazo, exigindo, essencialmente, a retomada da credibilidade fiscal, a recondução da inflação para o centro da meta, o realinhamento dos preços administrados e a diminuição do déficit externo.

Na verdade, o maior desafio para a equipe econômica da atual gestão federal está na combinação de medidas que, do ponto de vista teórico, não são possíveis de ocorrer simultaneamente. De fato, a retomada da credibilidade fiscal requer aumento da poupança pública – ou seja, corte de despesas ou aumento dos impostos –, realinhamento no sentido do realismo tarifário e a melhora nas contas externas com uma taxa de câmbio mais depreciada. Ou seja, um conjunto de medidas que, por certo, devem elevar a inflação acima do teto da meta.

Tais considerações são facilmente compreensíveis quando observado o relatório dos resultados fiscais do BACEN, que apontou a dívida bruta do governo federal em 63,5% do PIB e a necessidade de financiamento do setor público atingindo o déficit nominal de 6,7%, em dezembro de 2014, tornando necessária a rápida recuperação da credibilidade fiscal, evitando assim a perda do grau de investimento.

Essas condições refletem o péssimo crescimento da receita, que está relacionado com a estagnação da economia brasileira e com a elevada desoneração tributária executada no primeiro mandato da presidente Dilma. A título de ilustração, a renúncia fiscal com desonerações ficou em R\$ 104 bilhões em 2014, contra R\$ 78,6 bilhões em 2013. Além disso, o baixo crescimento da economia brasileira em 2014 reduziu a lucratividade das empresas. Com isso, a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) caiu 4,58% no ano passado, em comparação com 2013, com uma perspectiva de piora para 2015, uma vez que a arrecadação destes tributos irá refletir a baixa lucratividade e os prejuízos das empresas em 2014.

Não por acaso, dados compilados pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) registraram queda do faturamento bruto de 13,7% e do consumo aparente de bens de capitais (soma da produção local com as importações menos as exportações) de 15%, na passagem de 2013 para 2014, retratando a contenção de investimentos em áreas essenciais, como infraestrutura, e a ampliação da capacidade produtiva.

Além disso, a amplificação da volatilidade dos mercados cambiais, com novas desvalorizações das moedas dos principais emergentes, aumenta as expectativas de que a escalada recente de endividamento das empresas desses países, entre eles o Brasil, possa provocar inadimplência do setor produtivo, principalmente da indústria.

Na verdade, o cenário externo aponta que os países desenvolvidos continuem dependentes de gigantescos estímulos monetários, com um crescimento medíocre e incerto, com exceção dos EUA. Aliás, dados recentes sobre o desempenho da economia americana tendem a reforçar a previsão de que a elevação de juros pelo Federal Reserve virá antes de meados do ano. O avanço de 5% do PIB no terceiro trimestre e o aumento acima do esperado da criação de postos de trabalho vão nesta direção. Por outro lado, a China, principal parceiro comercial do Brasil, deve desacelerar em 2015, após fechar o ano de 2014 com expansão de 7,4%.

Em relação às contas externas brasileiras, a forte valorização do dólar, de 21,1% no acumulado de doze meses, ainda não trouxe o alívio esperado, pressupondo a necessidade de uma alta adicional desta moeda para que o déficit em transações correntes caminhe para um nível mais sustentável.

* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

O déficit em conta corrente ficou em US\$ 10,6 bilhões em janeiro, e em doze meses até janeiro representou 4,2% do PIB, mantendo a deterioração registrada em 2014. Além disso, segundo analistas de mercado, há uma piora na qualidade do financiamento do déficit em transações correntes do Brasil em 2015. De acordo com estimativas da Tendência Consultoria, o volume de déficit financiado subiria de 103% em 2014 para 121% em 2015, considerando as entradas de recursos via Investimento Estrangeiro Direto (IED), ações totais e títulos negociados no país.

O ingresso de recursos para portfólio, especialmente para o mercado de renda fixa em função das altas de juros, tem ajudado a financiar o déficit em conta corrente. Não por acaso, até meados do mês de fevereiro, os investimentos em ações somavam ingresso líquido de US\$ 118 milhões, enquanto as aplicações em renda fixa totalizaram US\$ 2,423 bilhões no período, apontando para uma piora na qualidade do financiamento, devido à sua alta volatilidade. Por conta disso, é imprescindível a programação de medidas fiscais para fortalecer a expectativa de uma diminuição do ritmo de inflação, o que possibilita ao Banco Central do Brasil cortar a taxa básica de juros.

Diante do cenário econômico atual, é válido afirmar que o País não conseguiu capitalizar a oportunidade histórica que se abriu na década passada, para dar um salto na competitividade microeconômica, mais especificamente, no desenvolvimento industrial atrelado à inovação e produtividade, optando, num momento de estagnação da economia, pela busca de competitividade pela via macroeconômica, através da combinação entre juros mais baixos e câmbio mais desvalorizado, o que se mostrou pouco sustentável.

De fato, as intervenções excessivas, que levaram à redução da eficiência geral da economia e do funcionamento de mercados específicos nos últimos doze anos, como o caso das agências reguladoras, bem como as medidas protecionistas que isolaram o País das correntes de comércio internacional, as maiores tarifas de importação, as proteções não tarifárias por meio de requerimentos de componentes nacionais e o crescimento de medidas antidumping, são exemplos de ações que não obtiveram resultados efetivos.

Realmente, o aumento da produtividade está atrelado ao conjunto de reformas microeconômicas, com destaque para a reforma tributária, trabalhista, redução do protecionismo que dificulta a modernização das empresas brasileiras, acordos comerciais com países desenvolvidos e inserção da indústria nacional na cadeia de produção global.

A título de conclusão, pode-se eleger como maior desafio para a economia brasileira, em 2015, a implementação dos ajustes necessários, tanto fiscal como monetário, num momento em que a economia nacional se encontra em situação de fragilidade.

A mais recente Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, referente ao mês de janeiro, apresentou taxa de desocupação de 5,3% nas seis maiores regiões metropolitanas do País, contra 4,8% registrada no mesmo mês de 2014. Alguns dados chamam a atenção, como a ligeira retração da população economicamente não ativa. Esse contingente alcançou o ápice da série histórica, iniciada em 2002, em dezembro passado. Embora o número de pessoas nesta situação tenha variado 2,9% em relação a janeiro de 2014, é possível que seu crescimento tenha estagnado ante o retorno de indivíduos ao mercado de trabalho. Esse movimento seria consistente com a desaceleração do rendimento real médio dos ocupados (variação de 0,4% em relação ao mês anterior).

É relevante, ainda, a queda no número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (contração de 1,9% em relação ao mesmo mês de 2014). Essa retração está associada à redução de empregados na indústria de transformação e na produção e distribuição de eletricidade, petróleo e gás – grupamento com alto grau de formalização. Esse ramo de atividade respondia por 15,6% dos ocupados em janeiro do ano passado, e passou a reunir 14,7% um ano depois. Ainda na comparação anual, cabe destacar o crescimento dos ocupados no setor de serviços (exceto os domésticos e aqueles prestados a empresas), que variou de 18,5% para 19,2% do contingente. O setor passou a ser o responsável por empregar a maior parte da força de trabalho, superando o ramo de comércio (inclusive de veículos e combustíveis) e reparação de veículos.

Recente estudo do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que o setor de serviços absorveu a maior parte dos trabalhadores demitidos pela indústria em 2014, movimentação no sentido inverso às percebidas nos dois anos imediatamente anteriores. Calcado em dados da PME, o estudo do IBRE desconsiderou vínculos com duração inferior a um ano. Os resultados demonstram que a retração de 4,3% na produção física da indústria de transformação no ano passado, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), provocou um deslocamento líquido de mais de 14 mil trabalhadores para ramos de serviços. Essa migração anulou a transferência líquida, para o setor industrial, ocorrida em 2012 e 2013.

A PME também revelou que houve diminuição – inédita – da população economicamente ativa (PEA) em 2014. A contração anualizada da PEA (-0,7%) deveu-se, preponderantemente, à saída de indivíduos entre 18 e 24 anos do mercado de trabalho. Esse êxodo de jovens da PEA foi amparado pela elevação da renda média domiciliar, propelida por elevação do salário dos adultos ou por maior número de adultos residentes empregados. Nessa faixa de idade, 57,9% dos indivíduos estavam ocupados no último trimestre do ano passado, enquanto em 2013 e 2012 essa participação foi de 58,8% e 59,9%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE em fins de fevereiro.

Parte desse aumento domiciliar de renda deve-se, ainda, à política de valorização do salário mínimo instituída através da Lei n.º 12.382/2011. Esta estipula reajuste anual correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos doze meses anteriores e, a título de aumento real, aplicação do percentual de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores. Uma vez que o seguro-desemprego e os dispêndios previdenciários e assistencialistas estão vinculados ao valor do salário mínimo, a eficácia do realinhamento fiscal em execução será posta em xeque caso a fórmula seja

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

mantida em cenário recessivo com inflação elevada. A mediana das expectativas de mercado – reunidas no Boletim Focus, do Banco Central – apontavam, no final do primeiro bimestre, para INPC de 6,83% e PIB de -0,58% ao final de 2015.

Os últimos dias do primeiro bimestre foram marcados por dois dispositivos que, com o intuito de corrigir desequilíbrios de caixa do governo central, influenciarão o mercado de trabalho. Estabelecido no fim de 2014, através da Medida Provisória 665, entrou em vigor o novo conjunto de regras para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial. No primeiro caso, exige-se maior tempo de vinculação antes da primeira e segunda requisições e reduz-se o número de parcelas pagas pelo benefício. O recebimento de abono salarial, por sua vez, passa a requerer cinco anos de cadastro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) – além de escalonar o valor pago ao tempo em que o trabalhador esteve empregado no ano-base. Dessa forma, em 2015, o abono terá valores inferiores a um salário mínimo, piso de anos anteriores.

Outro instrumento de ajuste divulgado elevou a taxa de contribuição do setor privado à Previdência, revertendo desonerações instituídas desde 2011. De acordo com o Ministério da Fazenda, o mecanismo de cobrança – substituição da contribuição patronal de 20% da folha de pagamento por alíquotas de 1% e 2% sobre o faturamento – impôs renúncia tributária anual de R\$ 25 bilhões, aproximadamente. A nova política, que vigorará a partir de junho, possibilita às empresas optar por um dos sistemas de cobrança a cada ano-calendário. Aquelas sujeitas à cobrança de 1% sobre o faturamento passarão a contribuir com 2,5%, enquanto as enquadradas na faixa de 2% deverão pagar 4,5%. O ministério avalia que essa capacidade de escolha beneficiará as empresas que utilizam grande proporção de mão de obra terceirizada.

As desonerações eventualmente abraçaram 56 segmentos econômicos e, primariamente, atenderiam ramos industriais cujas receitas dependiam de exportações cadentes. Desde a primeira lista de atividades contempladas, contudo, inseriram-se ramos de serviços, pouco ou nada sujeitos à competição externa, como *call centers* e aqueles associados a tecnologias de informação e comunicações. A metodologia fósmea que determinou a qualificação de setores de atividade no programa demonstrou, ao longo do tempo, sua fragilidade.

A faixa mais alta de contribuição sobre o faturamento inclui a construção civil. Nesse caso, estabeleceu-se uma regra de transição, através da qual projetos registrados no Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social nos últimos 11 meses continuarão a recolher 2% até que a obra seja concluída. A Fazenda estima que a supressão do ciclo de desonerações gerará arrecadação R\$ 5,35 bilhões superior à inicialmente projetada para o ano corrente. Crê-se que, em 2016, o déficit previdenciário seja atenuado em R\$ 12,84 bilhões.

Uma política de renúncia tributária, que desonerou folhas de pagamento em período de baixa desocupação e eleva quocientes de contribuição em momento recessivo, aparenta esquizofrenia. Explica-se a extemporaneidade da decisão pelos desequilíbrios nas contas governamentais, evidenciados pelo déficit nominal registrado no ano passado, que impuseram a recomposição de arrecadação. O déficit de R\$ 56,7 bilhões nas aposentadorias e pensões do INSS em 2014, anunciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), tornou urgente a revisão das alíquotas.

O programa de desonerações manteve, em alguma medida, a demanda por trabalho em uma economia estagnada. O desaquecimento dessa demanda, que capitula frente à baixa taxa de investimento (17,4% do PIB no terceiro trimestre de 2014, ante 19% no mesmo período do ano anterior), tende a reduzir o poder de negociação dos trabalhadores em acordos coletivos, restringindo reajustes. Esse constrangimento, ao limitar a renda média familiar, tende a impelir indivíduos – como aqueles do estrato de 18 a 24 anos – de volta à PEA. Essa reinserção, não necessariamente efetivada através de contratação, refletir-se-á no nível de desocupação.

Para além dessas medidas emergenciais, há a expectativa de que a alta taxa de rotatividade do emprego seja combatida com medidas que punam pecuniariamente empregadores que possuam taxas de rotatividade superiores à média do setor em que operam. O artigo 239 da Constituição prevê a cobrança de contribuição adicional para esses casos, mas o mecanismo jamais foi regulamentado. De todo modo, sua implementação poderá reforçar o esforço de reequilíbrio orçamentário ora em curso.

O DÉFICIT COMERCIAL DE 2014

Ana Sílvia Martins Franco*

Dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), referentes à balança comercial brasileira, mostram que em 2014 o país registou déficit de US\$ 3,9 bilhões, com queda de 273,2% em relação a 2013, quando apresentou superávit de US\$ 2,3 bilhões. O resultado negativo foi reflexo da acentuada retração nas exportações, de 7,0%, concomitante ao fraco recuo nas importações (4,5%) – tabela 1. Esse foi o pior saldo para a balança comercial desde 1998, ano em que o déficit atingiu US\$ 6,6 bilhões, segundo série histórica do MDIC. O resultado anual do comércio exterior do Brasil não era negativo desde 2000 (-US\$ 731 milhões).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - JANEIRO-DEZEMBRO 2014

MÊS	BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões)					
	Exportação	Variação (%)	Importação	Variação (%)	Saldo	Variação (%)
Janeiro	16.026	0,4	20.094	0,4	-4.068	0,5
Fevereiro	15.934	2,5	18.062	7,3	-2.129	65,5
Março	17.628	-8,8	17.514	-8,6	114	-25,2
Abril	19.724	-4,4	19.218	-11,2	506	-150,2
Mai	20.752	-4,9	20.043	-4,9	709	-6,3
Junho	20.467	-3,2	18.116	-3,8	2.351	2,2
Julho	23.024	10,7	21.452	-5,6	1.572	-182,4
Agosto	20.463	-4,5	19.302	-4,5	1.162	-4,4
Setembro	19.617	-5,9	20.557	9,0	-940	-147,4
Outubro	18.330	-19,7	19.507	-15,4	-1.177	390,4
Novembro	15.646	-25,0	17.997	-5,9	-2.351	-236,0
Dezembro	17.491	-16,1	17.198	-5,5	293	-88,9
Jan.-Dez. 2014	225.101	-7,0	229.060	-4,5	-3.959	-273,2

FONTE: MDIC

O mau desempenho da balança comercial em 2014 foi desencadeado por três fatores principais. O primeiro deles foi a redução no preço das *commodities*, que são os carros-chefes da nossa pauta de exportações. Cabe destacar que os produtos básicos tiveram participação de 48,7% do total exportado no ano, segundo a SECEX.

O segundo motivo está relacionado ao cenário internacional intempestivo, especialmente pela recessão econômica da Argentina, que era a maior importadora de veículos do Brasil. As exportações de automóveis de passageiros para o país vizinho retraíram 45,3%. A China, nosso maior parceiro comercial, reduziu as importações na ordem de 11,7%; a Argentina deixou de importar 27,2% do Brasil; a Holanda 24,8%; e o Japão 15,6%.

O terceiro fator que explica o resultado desfavorável da balança comercial foi a diminuição do número de plataformas de exploração de petróleo exportadas em 2014 – apenas duas, enquanto em 2013 foram sete. As exportações dessas duas plataformas atingiram US\$ 2,0 bilhões, contra US\$ 7,7 bilhões em 2013, o que representou queda de 74,4%.

Em termos de classes de produtos, a desaceleração das exportações foi generalizada. Os produtos básicos apontaram recuo de 3,1%, o que representou redução de US\$ 3,5 bilhões. Os principais impactos negativos vieram do minério de ferro (-20,5%), que diminuiu de US\$ 32,5 bilhões em 2013 para US\$ 25,8 bilhões em 2014; e milho em grão (-38%), que reduziu de US\$ 6,2 bilhões em 2013 para US\$ 3,9 bilhões em 2014. A queda nas exportações de minério de

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

ferro se deveu à retração no preço – em 2013 o preço médio por tonelada era de US\$ 98,57, já em 2014 o mesmo caiu para US\$ 74,97 por tonelada (-23,9%). Já, no caso do milho, houve diminuição tanto na quantidade exportada (-22,4%), quanto no preço médio por tonelada (-20%).

Os industrializados mostraram variação de -11,5% nas exportações, sendo que os semimanufaturados caíram 4,8%, com destaque para o açúcar de cana em bruto (-18,7%); e os manufaturados desaceleraram 13,7%, especialmente por conta dos aviões (-10,4%) e dos automóveis (-41,7%). Em todos os casos a contração ocorreu pela queda na quantidade e também no preço.

No lado das importações, a conta-petróleo, que engloba petróleo e seus derivados, continuou interferindo negativamente no resultado da balança comercial, pois superou as exportações em US\$ 16,6 bilhões. Este desequilíbrio ainda é bastante significativo, contudo foi menor que em 2013, quando registou saldo de -US\$ 20,3 bilhões. A redução no déficit da conta-petróleo em 2014 foi reflexo do aumento na produção de petróleo no Brasil, o que contribuiu para a elevação nas exportações do produto.

De acordo com dados divulgados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), sobre a balança comercial por atividade econômica, o setor que apresentou o melhor desempenho em relação ao saldo comercial em 2014 foi o de produtos alimentícios (US\$ 34,5 bilhões), seguido por agricultura e pecuária (US\$ 31,6 bilhões). Todavia, a maioria das atividades mostrou déficit comercial (tabela 2).

TABELA 2 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - 2014

ATIVIDADE ECONÔMICA	BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões)		
	Exportações	Importações	Saldo
Agricultura e pecuária	35.769	4.106	31.663
Produção florestal	171	70	101
Pesca e aquicultura	28	440	-411
Extração de carvão mineral	0	2.309	-2.309
Extração de petróleo e gás natural	16.408	22.500	-6.092
Extração de minerais metálicos	28.401	1.222	27.179
Extração de minerais não metálicos	825	746	79
Produtos alimentícios	40.922	6.374	34.548
Bebidas	431	1.209	-779
Produtos do fumo	2.450	35	2.415
Produtos têxteis	2.186	3.620	-1434
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	193	2.621	-2.428
Couros, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	4.218	1.248	2.969
Produtos de madeira	2.222	163	2.059
Celulose, papel e produtos de papel	7.272	1.864	5.409
Impressão e reprodução de gravações	47	287	-240
Derivados do petróleo biocombustíveis e coque	5.071	20.275	-15.204
Produtos químicos	10.281	36.283	-26.001
Produtos farmoquímicos farmacêuticos	1.663	8.939	-7.276
Produtos de borracha e de material plástico	2.855	6.105	-3.250
Produtos de minerais não metálicos	2.103	2.183	-80
Metalurgia	18.999	9.382	9.616
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2.433	4.760	-2.327
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.633	26.808	-25.175
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.154	9.136	-5.983
Máquinas e equipamentos	8.580	22.080	-13.500
Veículos automotores, reboques e carrocerias	12.012	22.407	-10.395
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	8.306	7.499	807
Móveis	666	630	36
Indústrias diversas	1.068	3.717	-2.649
TOTAL	225.101	229.060	-3.959

FONTE: FUNCEX

Para o ano de 2015 é esperada melhora no resultado comercial devido ao aumento da produção de minério de ferro, à queda no preço do barril de petróleo e o aumento na sua produção e à desvalorização do real frente ao dólar. Contudo, dados preliminares divulgados pelo MDIC mostram que o Brasil já acumula déficit de US\$ 6,0 bilhões no bimestre, explicado pela redução do preço dos principais itens exportados, em especial minério de ferro, que caiu 48,6%, e soja (19,7%).

AGROINDÚSTRIA

Frimesa construirá frigorífico em Assis Chateaubriand

O município de Assis Chateaubriand, na Região Oeste Paranaense, hospedará novo frigorífico para abate de suínos da Frimesa (associação das cooperativas C. Vale, Copacol, Copagrill, Lar e Primato). Este será o segundo empreendimento do gênero da Frimesa e demandará investimento de R\$ 450 milhões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 70% do projeto.

O grupo planeja que o frigorífico seja inaugurado em três anos e tenha capacidade de abater e processar 7.000 animais diariamente. Avalia-se, ainda, eventual expansão futura dessa unidade, que dobraria sua capacidade operacional e demandaria aporte de outros R\$ 300 milhões.

FRIAS, Maria Cristina. Grupo investirá em frigorífico de R\$ 450 milhões no PR. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 2015. Mercado, p.B2.

Inaugurada unidade industrial de carnes de Castro

As cooperativas Batavo, Capal e Castrolanda associaram-se para implantação de abatedouro de suínos em Castro. Batizada como Unidade Industrial de Carnes de Castro, a estrutura foi inaugurada no início do ano e possui capacidade de abater 300 animais por hora.

Estima-se que o empreendimento exigiu investimento de R\$ 200 milhões. Planeja-se a distribuição de produtos industrializados, sob nova marca de propriedade das cooperativas, a partir de maio.

DEPOIS do leite e do trigo, ABC industrializa suínos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 jan. 2015. Agronegócio, p.2.

COMÉRCIO

Paysage aloca R\$ 60 milhões em Pato Branco

O grupo Paysage começará, no primeiro semestre deste ano, a construção de shopping center em Pato Branco (Região Sudoeste Paranaense). O empreendimento deve ser inaugurado até 2017, contará com área de locação avaliada em 12 mil metros quadrados e demandará cerca de R\$ 60 milhões para ser realizado.

A empresa também planeja a implantação de shopping center em Curitiba, em associação com os grupos Tacla e Casteval. Presentemente, constrói complexos do gênero em Umuarama, também na Região Sudoeste, e em Passo Fundo (RS).

SUSS, Liana. Paysage investe R\$ 60 mi em shopping em Pato Branco. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 dez. 2014. Economia, p.3.

Rede Muffato investe R\$ 40 milhões em Ponta Grossa

A rede supermercadista Muffato investe R\$ 40 milhões na implantação de nova loja no município de Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense). A empresa planeja alocar, em 2015, aproximadamente R\$ 100 milhões na abertura de novos estabelecimentos. Presentemente, a rede possui 45 unidades. Em 2013, registrou faturamento de R\$ 3,1 bilhões.

FRIAS, Maria Cristina. Avanço das gôndolas paranaenses. *Folha de S. Paulo*, 04 fev. 2015. Mercado, p.B2.

* Elaborado com informações disponíveis entre 02/12/2014 a 28/02/2015.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Parati e Grupo DMF construirão dois shopping centers

A indústria de alimentos Parati associou-se ao grupo DMF para a construção de shopping centers em Paranaguá e Araucária, municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Os empreendimentos demandarão investimentos de R\$ 80 e R\$ 60 milhões, respectivamente. Planeja-se que as obras em Paranaguá terminem em 2017, e as de Araucária, em 2018.

O grupo DMF é o controlador do shopping Jardim das Américas, em Curitiba.

FRIAS, Maria Cristina. Grupos investem em novos shopping centers no Paraná. *Folha de S. Paulo*, 06 fev. 2015. Mercado, p.B2.

INDÚSTRIA

Fábrica da Prodieta em Curitiba

Especializada em produtos de nutrição enteral (alimentos que substituem ou complementam elementos da dieta), a Prodieta Nutrição Clínica construirá fábrica em Curitiba. Atualmente, a empresa mantém a administração na cidade e realiza toda a industrialização em São Paulo. Planeja-se a gradual transferência da produção, ao longo dos próximos três anos, e o desenvolvimento de novas formulações. Prevê-se que, em 2015, as novas instalações já sejam responsáveis por 40% do volume processado.

O investimento é avaliado em R\$ 11,3 milhões, com parcela de R\$ 5 milhões financiada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O projeto foi qualificado no programa Paraná Competitivo.

ARAÚJO, Renan. Curitiba terá fábrica de nutrição clínica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 dez. 2014. Economia, p.3.

Nunesfarma construirá centro de pesquisa

A distribuidora de medicamentos Nunesfarma, sediada em Curitiba, planeja desenvolver linha própria desses produtos. Para tanto, alocou R\$ 9,5 milhões na construção de um centro de pesquisas voltado para a formulação de medicamentos básicos. Estima-se que a estrutura estará plenamente funcional até o final de 2016.

SUSS, Liana. Nunesfarma investe R\$ 9,5 mi em centro de inovação. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 dez. 2014. Economia, p.3.

Refriko instala nova linha de produção

Instalada no município de Cambé, na Região Norte Central Paranaense, a Refriko, indústria de refrigerantes, alocou R\$ 5 milhões na implantação de nova linha de produção. O investimento permitirá que o produto seja envasado em garrafas de vidro de 600 ml. Estima-se que a capacidade de envase alcance 10 mil garrafas por hora.

REFRIKO inicia produção de tubaina em garrafa. *Folha de Londrina*, 16 jan. 2015. Economia & Negócios, p.3.

Condu spar investe na produção de fibra ótica

Indústria de cabos e condutores elétricos, a Condu spar inaugurou unidade industrial para o processamento de fibra ótica em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). O empreendimento foi realizado em sociedade com a companhia indiana Sterlite Technologies e será capaz de produzir, anualmente, 1 milhão de quilômetros de fibra. Estima-se que 15% desse volume seja exportado.

A implantação da fábrica requereu R\$ 30 milhões e há planos de que investimento de mesmo montante seja realizado, até 2017, para que sua capacidade instalada seja duplicada.

VOITH, Talita Boros. Condu spar inaugura fábrica de fibra ótica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 fev. 2015. p.21.

Volvo implantará linha de produção de ônibus elétricos

A Volvo implantará em seu complexo industrial, localizado na Cidade Industrial de Curitiba, linha de produção de ônibus elétricos. Planeja-se produzir, até 2018, 170 unidades de modelos articulados e biarticulados que circularão, em caráter experimental, na Linha Verde da capital (trecho urbanizado da BR-116). Em 2014, a companhia apresentou crescimento de 2,7% no volume de vendas de ônibus convencionais em relação ao ano anterior. Aproximadamente 45% dessas unidades foram exportadas, e a Colômbia respondeu por parcela majoritária da demanda internacional.

A Volvo teve 19,7 mil caminhões emplacados no País no ano passado – retração de 4,83% em relação a 2013. A empresa avalia que as vendas do ano corrente apresentem nova queda, de 19%. A Volvo estima que o volume de caminhões comercializados crescerá a partir de 2016 e manteve o investimento na rede de concessionárias, que deve contar com nove novos estabelecimentos no Brasil até o final de 2015.

LAGUNA, Eduardo. Volvo prevê caminhões em baixa e vendas de ônibus em alta neste ano. *Valor Econômico*, São Paulo, 26 fev. 2014. Empresas, p.B3.

WALTRICK, Rafael. Na contramão do setor, empresa vende mais ônibus. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 fev. 2015. p.21.

WALTRICK, Rafael. Volvo prevê ano fraco, mas sem cortes. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 fev. 2015. p.21.

SERVIÇOS

Copel Telecom alocará R\$ 107,7 milhões em sua rede de fibra ótica

A estrutura de fibra ótica da Copel Telecom receberá investimento estimado em R\$ 107,7 milhões. Presentemente, a companhia oferta serviços de banda larga a residências em 47 municípios do Estado e planeja que sua rede atenda 30 novos mercados ao longo de 2015.

Os segmentos residencial e de pequenas e médias empresas apresentaram crescimento de 256% nos negócios da Copel Telecom em 2014, enquanto o mercado corporativo registrou alta de 64% no mesmo período.

COPEL Telecom vai investir 107,7 milhões em 2015. *Folha de Londrina*, 23 dez. 2014. Economia & Negócios, p.3.

Rede Mabu planeja construção de dez hotéis sob nova bandeira

A Rede Mabu planeja a construção de 10 unidades, que operarão sob a marca Fiq Hotéis, nos próximos cinco anos. Os estabelecimentos serão erguidos em áreas adjacentes a rodovias paranaenses, paulistas e catarinenses. Os hotéis terão entre 80 e 110 apartamentos e a implantação de cada um deles exigirá investimento avaliado em R\$ 15 milhões.

A companhia possui três hotéis em Curitiba e dois em Foz do Iguaçu (Região Oeste Paranaense). Estima-se que seu faturamento tenha alcançado R\$ 90 milhões no ano passado.

FRIAS, Maria Cristina. Rede aportará R\$ 150 mi em hotéis em rodovias. *Folha de S. Paulo*, 18 jan. 2015. Mercado, p.B2.

Arteris alocará R\$ 166 milhões em rodovias

Concessionário de rodovias na Região Sul, o Grupo Arteris planeja alocar, em 2015, R\$ 166 milhões na melhoria da infraestrutura sob sua responsabilidade em municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Entre os planos a serem executados na BR-116 em território paranaense, encontram-se a restauração da ponte sobre a represa Capivari Cachoeira e a duplicação do trecho entre Curitiba e Mandirituba.

Serão realizadas, ainda, obras no Contorno Norte de Curitiba, implantação de trevos em São José dos Pinhais e construção de áreas de escape em Guaratuba.

DE CUNTO, Adriana. Arteris investirá R\$ 166 mi nas estradas do PR. *Folha de Londrina*, 29 jan. 2015. Economia & Negócios, p.3.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961	303 000	96 000	317
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014 ⁽¹⁾	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015 ⁽¹⁾	28 320	161 883	5 716	30 769	843 270	27 406	42 325	61 907	1 463

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758	879 990	666 800	758
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014 ⁽¹⁾	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015 ⁽¹⁾	680 952	52 145 209	76 577	421 307	785 866	1 865

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 616	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014 ⁽¹⁾	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015 ⁽¹⁾	78 289	185 067	2 364	165 182	4 108 927	24 875	2 407 219	14 589 131	6 061

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014 ⁽¹⁾	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015 ⁽²⁾	5 199 869	17 019 140	3 273	2 555	152 700	59 765	1 361 298	4 100 302	3 012

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

(2) Há três safras de feijão ao longo do ano. A estimativa de 2015 compreende, por enquanto, duas delas. Somente a primeira das duas safras de tomate consta nesta estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2014

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013 ⁽¹⁾	3 379 689	333 180	606 446
Janeiro	279 032	27 045	50 703
Fevereiro	248 026	24 175	45 037
Março	257 112	25 704	49 650
Abril	295 361	29 803	53 895
Maio	296 388	29 332	53 555
Junho	293 107	26 527	51 785
Julho	304 933	28 273	54 779
Agosto	291 771	26 473	54 103
Setembro	271 027	28 513	50 242
Outubro	306 614	30 426	50 712
Novembro	275 014	26 519	47 567
Dezembro	274 831	30 389	44 420
2014 ⁽¹⁾	1 775 773	160 442	296 497
Janeiro	311 431	24 520	47 517
Fevereiro	288 778	24 476	44 665
Março	291 177	24 769	47 842
Abril	294 354	27 509	51 180
Maio	310 240	30 235	54 338
Junho	279 793	28 933	50 956

FONTES: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2015

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014 ⁽¹⁾	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 153	46,34	14 480	1,60	904 540
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 828	39,13	21 851	1,66	1 313 187
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 878	26,32	25 883	1,55	1 671 422
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 109	29,73	22 629	1,45	1 560 961
Junho	796 409	54,63	175 907	12,07	462 485	31,73	22 925	1,57	1 457 726
Julho	865 851	52,28	217 854	13,15	545 354	32,93	27 001	1,63	1 656 060
Agosto	772 531	51,30	229 046	15,21	474 976	31,54	29 245	1,94	1 505 798
Setembro	650 777	48,99	195 638	14,73	463 700	34,91	18 152	1,37	1 328 267
Outubro	497 613	39,90	213 169	17,09	520 139	41,70	16 370	1,31	1 247 290
Novembro	439 804	37,61	198 259	16,96	510 088	43,63	21 077	1,80	1 169 228
Dezembro	363 625	35,25	115 981	11,24	541 344	52,48	10 646	1,03	1 031 595
2015 ⁽¹⁾	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2015

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014 ⁽¹⁾	16 332 120	17 293 735	- 961 614	225 100 885	229 060 058	- 3 959 173
Janeiro	904 540	1 217 025	- 312 485	16 026 191	20 094 436	- 4 058 245
Fevereiro	1 313 187	1 304 130	9 057	15 933 832	18 062 419	- 2 128 587
Março	1 486 046	1 419 577	66 470	17 627 934	17 514 153	113 781
Abril	1 671 422	1 425 220	246 202	19 723 926	19 217 814	506 112
Maio	1 560 961	1 645 847	- 84 886	20 752 084	20 042 592	709 492
Junho	1 457 726	1 306 954	150 772	20 466 916	18 116 292	2 350 624
Julho	1 656 060	1 914 189	- 258 129	23 024 072	21 452 431	1 571 642
Agosto	1 505 798	1 414 218	91 581	20 463 308	19 301 759	1 162 548
Setembro	1 328 267	1 615 209	- 286 943	19 616 605	20 556 787	- 940 182
Outubro	1 247 290	1 217 468	29 821	18 329 650	19 507 029	- 1 177 380
Novembro	1 169 228	1 597 844	- 428 616	15 645 630	17 996 623	- 2 350 993
Dezembro	1 031 595	1 216 054	- 184 459	17 490 737	17 197 722	293 015
2015 ⁽¹⁾	903 902	1 055 759	- 151 857	13 704 045	16 878 002	- 3 173 958
Janeiro	903 902	1 055 759	- 151 857	13 704 045	16 878 002	- 3 173 958

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2014

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																		
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Maio/13
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	107,7	102,4	116,2	114,2	119,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	122,4	106,5	122,4	103,4	108,2
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	123,0	107,1	123,1	103,7	108,2
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	91,1	77,3	98,7	105,0	115,7
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	117,0	84,6	99,3	100,9	108,9
Móveis	100,00	107,3	103,3	112,6	80,7	93,3	94,1	97,0
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	123,3	90,1	107,1	110,2	119,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	121,9	112,4	132,1	128,3	131,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	144,6	116,5	94,3	106,8	106,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	84,5	61,3	84,0	81,6	101,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	121,4	95,3	123,2	110,8	128,7
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	116,3	99,6	116,2	106,2	112,9

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																			
	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14
Combustíveis e lubrificantes	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	127,2	120,8	120,5	124,5	120,7	127,7	119,2	133,4	131,8	126,3	138,4	132,4	130,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	120,3	129,8	109,3	117,9	117,0	114,1	109,0	114,7	118,3	113,5	121,0	121,8	157,2
Hipermercados e supermercados	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	120,7	130,8	109,4	118,0	117,3	114,2	109,3	114,9	118,6	113,8	121,4	122,3	158,7
Tecidos, vestuário e calçados	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	106,4	94,7	83,1	94,8	104,1	127,3	99,6	100,4	103,8	93,1	101,2	106,0	169,0
Móveis e eletrodomésticos	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	108,4	124,2	97,4	97,8	96,6	108,8	96,2	101,2	102,2	102,3	110,7	115,1	147,9
Móveis	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	97,1	109,1	86,4	87,0	86,9	96,2	83,3	92,3	88,9	94,0	103,8	102,8	134,3
Eletrodomésticos	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	118,2	137,1	106,8	107,1	105,0	119,6	107,1	109,1	113,6	109,8	117,2	125,8	160,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	140,5	130,1	124,1	140,9	138,4	142,9	132,9	143,4	145,1	138,2	151,2	142,1	156,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	83,8	146,4	105,6	88,3	74,1	78,8	68,3	74,4	79,8	70,0	51,4	50,2	118,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	70,9	58,0	62,9	58,0	59,0	59,6	53,3	81,4	83,8	77,8	84,2	78,4	94,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	141,0	128,9	113,3	122,8	131,2	142,3	131,8	127,6	129,3	125,7	140,8	152,1	246,1
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	119,7	123,5	107,2	114,5	114,5	118,7	109,4	115,7	118,1	113,0	121,8	122,5	157,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2014

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai./13	Jun./13
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	88,4	85,9	99,1	107,3	108,8	102,9
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	80,2	85,4	90,4	104,2	110,0	99,9
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,9	91,0	93,9	84,9	90,4	96,8
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	103,7	97,9	100,7	121,4	119,9	118,4
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	98,4	85,5	102,2	99,3	92,4	99,7
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	92,7	82,9	96,5	99,8	108,6	101,9
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	103,4	94,7	74,3	90,3	105,7	98,8
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	97,3	103,6	105,1	107,4	103,9	111,9
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	95,4	99,6	104,8	113,2	116,5	103,9
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	87,6	92,7	99,5	110,8	108,3	104,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	101,5	96,9	112,6	106,3	107,5	95,0
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,6	101,6	114,9	114,9	102,6	105,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	71,5	69,9	108,3	121,1	116,9	107,1
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	98,3	84,8	98,0	107,4	98,5	95,6

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																		
	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai./14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14
Indústria de transformação	111,9	118,1	109,5	115,5	107,4	83,8	97,3	91,4	94,6	95,4	92,8	102,3	87,5	104,5	105,7	101,0	107,1	98,7	86,8
Produtos alimentícios	117,5	124,9	112,2	113,1	104,4	87,0	96,2	78,0	81,3	87,7	93,6	104,0	95,2	107,1	113,4	103,4	113,9	96,0	80,5
Bebidas	84,6	95,2	99,1	115,0	115,2	125,4	104,5	101,4	96,8	113,6	101,9	92,4	78,4	99,0	95,5	107,0	115,5	115,9	136,5
Produtos de madeira	119,1	129,0	121,9	133,2	127,1	114,9	120,9	120,1	116,8	126,4	103,3	112,1	116,4	123,4	130,2	126,9	131,1	126,1	117,8
Celulose, papel e produtos de papel	97,2	96,4	101,5	108,8	104,1	99,8	100,5	94,6	83,7	101,0	94,3	87,6	95,2	98,8	99,8	106,1	113,9	112,4	118,6
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	105,3	114,6	100,9	110,2	96,6	54,0	100,7	91,8	90,0	101,2	97,4	111,2	102,9	107,9	109,7	104,0	106,5	99,6	86,3
Outros produtos químicos	113,7	128,9	117,5	111,0	102,5	83,7	101,5	97,1	97,8	78,1	87,4	107,9	101,1	111,7	120,4	104,8	111,0	99,8	101,3
Produtos de borracha e de material plástico	118,8	116,4	111,4	124,3	121,9	93,2	106,5	107,5	104,2	109,4	109,4	110,2	87,8	102,9	106,6	113,2	119,8	117,1	89,5
Minerais não metálicos	111,8	115,0	112,4	123,5	122,4	107,2	110,5	108,8	113,9	118,9	106,1	119,1	107,6	118,6	114,3	107,8	107,0	104,9	98,9
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	112,9	113,7	111,9	121,9	114,6	90,7	96,2	97,3	93,1	93,0	90,4	94,1	87,8	102,3	103,9	102,7	104,3	99,9	85,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	94,2	114,1	99,7	115,9	112,7	93,0	106,3	95,0	105,0	104,0	103,9	105,4	70,7	102,8	110,2	114,9	126,6	127,2	109,4
Máquinas e equipamentos	114,7	117,1	119,0	129,1	124,3	102,7	98,1	115,6	104,3	96,2	80,4	100,6	77,6	110,6	106,3	89,3	119,2	103,6	73,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	120,6	122,3	111,9	114,6	104,9	76,0	82,4	82,1	103,2	85,9	83,1	91,7	55,5	92,4	85,4	85,1	81,2	76,3	66,3
Móveis	102,0	108,6	105,0	112,2	111,7	95,1	94,0	87,8	94,7	89,0	87,9	93,1	76,4	92,8	95,8	99,5	108,8	108,9	92,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2003-2014

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13	Jun./14
Indústria geral	102,55	106,75	108,23	105,71	109,00	110,15	102,67	104,22	110,05	112,50	112,59	110,98	111,55	113,08	113,91	114,16	114,54
Indústrias extrativas	91,05	83,14	74,57	75,11	76,62	75,68	71,15	71,65	66,82	65,86	65,01	67,72	67,20	66,87	65,56	65,78	65,13
Indústria de transformação	102,69	107,04	108,66	106,10	109,41	110,59	103,07	104,63	110,59	113,08	113,18	111,52	112,11	113,66	114,52	114,77	115,16
Alimentos e bebidas	123,98	130,20	145,72	148,61	156,61	161,10	157,23	153,06	173,31	186,05	192,27	179,10	178,75	188,25	191,30	195,47	198,45
Fumo	139,33	171,82	176,01	172,70	203,64	146,72	166,18	168,69	178,62	184,74	204,83	251,92	335,49	343,65	332,03	263,54	183,69
Têxtil	98,87	97,47	93,04	98,02	90,57	84,57	77,50	82,92	87,54	98,30	110,28	107,13	111,44	108,34	107,92	108,01	109,28
Vestuário	119,78	137,40	143,06	130,68	127,12	114,16	96,41	93,07	88,36	73,16	71,78	70,64	72,81	72,83	72,67	71,72	72,45
Calçados e couro	84,90	77,49	87,36	100,28	104,42	100,23	91,51	103,13	91,92	84,03	80,16	80,39	78,48	78,82	78,49	80,57	81,03
Madeira	77,61	79,47	68,52	56,46	49,90	45,51	36,03	33,89	30,66	29,90	28,59	30,13	29,42	28,68	28,63	28,30	28,50
Papel e gráfica	112,32	115,86	116,97	121,49	127,51	125,01	123,28	130,70	134,61	129,72	133,02	128,13	127,82	130,74	132,13	133,52	132,06
Refino de petróleo e combustíveis	193,99	200,28	193,10	214,11	231,62	258,75	270,75	226,77	217,69	230,07	229,49	203,03	204,92	226,47	240,36	245,48	241,89
Produtos químicos	85,42	84,55	82,94	92,19	107,86	104,63	92,50	100,71	105,46	112,68	114,89	115,31	116,11	114,99	115,87	115,01	114,61
Borracha e plástico	92,06	90,47	92,80	91,19	94,73	92,21	81,53	79,92	80,09	78,76	78,39	81,12	80,78	79,48	78,50	76,19	75,32
Minerais não metálicos	112,56	116,00	119,90	113,93	129,73	134,66	130,23	127,90	131,35	140,75	139,02	142,42	142,48	142,53	141,22	138,81	139,68
Metalurgia básica	83,40	79,69	81,41	72,50	67,97	72,16	70,88	78,93	85,13	88,92	87,30	86,69	87,44	88,35	88,61	90,37	89,22
Produtos de metal ⁽¹⁾	97,42	96,86	99,41	101,13	95,98	103,68	103,74	111,63	121,14	121,25	116,72	116,32	120,37	121,49	119,43	116,57	115,12
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	125,23	137,61	137,23	125,60	134,11	161,50	150,96	170,84	157,74	154,99	158,65	152,76	154,21	157,98	159,64	159,20	161,43
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	96,68	90,47	96,23	94,68	95,01	105,05	103,00	110,89	146,52	183,13	158,07	177,32	176,73	170,26	176,08	177,02	175,04
Fabricação de meios de transporte	93,47	101,74	112,47	112,19	142,13	150,56	141,50	149,92	168,57	174,05	175,45	173,50	173,60	175,76	177,40	176,28	177,17
Fabricação de outros produtos	71,08	74,52	66,08	63,47	66,18	64,68	57,70	60,03	67,80	67,52	68,19	69,89	70,24	69,44	69,00	69,21	69,11

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																		
	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14
Indústria geral	113,96	113,21	112,99	112,37	112,33	107,96	107,91	108,22	108,43	109,73	109,67	109,26	108,44	107,51	107,4	107,07	107,3	106,9	104,96
Indústrias extrativas	64,38	62,84	63,65	63,15	63,77	64,01	60,50	63,54	63,57	63,11	61,78	61,14	60,57	60,25	59,41	58,65	57,47	58,76	57,71
Indústria de transformação	114,58	113,84	113,60	112,98	112,93	108,51	108,50	108,78	108,99	110,32	110,27	109,86	109,04	108,1	108	107,67	107,92	107,51	105,55
Alimentos e bebidas	198,16	199,02	197,98	197,91	198,02	184,78	196,44	184,39	188,41	196,45	196,8	197,8	196,93	196,92	197,7	198,5	201,1	202,63	199,62
Fumo	123,61	115,21	118,92	122,87	128,06	138,94	221,72	269,73	346,37	344,88	344,14	343,65	245,25	118,67	115,7	119,16	128,06	139,68	145,37
Têxtil	110,90	111,28	114,39	114,22	112,44	107,98	111,01	107,92	109,11	107,95	110,65	109,87	108,93	110,72	115,09	115,93	114,38	112,03	109,57
Vestuário	72,75	72,77	73,17	72,21	71,61	65,74	64,75	65,31	65,76	66,87	67,33	65,79	65,42	64,65	64,29	63,71	63,32	63,12	61,38
Calçados e couro	81,06	82,32	82,73	80,08	79,60	78,30	76,01	79,94	80,65	76,88	76,58	76,97	77,97	77,56	76,54	74,48	73,2	72,33	69,03
Madeira	28,39	28,17	28,12	28,15	28,41	28,15	29,04	28,33	28,93	28,79	28,86	28,75	28,68	28,99	29,82	29,79	29,62	29,23	28,74
Papel e gráfica	133,30	134,19	133,46	136,29	138,64	135,90	135,68	135,66	136,8	136,83	136,63	135,78	136	134,7	133,68	134,25	136,28	135,89	135,61
Refino de petróleo e combustíveis	240,50	239,53	236,91	233,77	229,90	211,09	217,34	203,29	201,07	218,18	225,4	224,9	222,08	224,01	221,35	221,73	220,83	220,79	204,48
Produtos químicos	114,63	114,59	114,20	114,33	114,45	114,62	117,10	115,68	118,12	119,05	118,65	118,46	117,83	115,36	115,97	116,52	117,2	116,75	115,66
Borracha e plástico	78,73	78,42	78,73	78,41	78,23	76,78	74,09	76,11	74,74	74,73	75,18	75,59	74,25	73,29	72,98	73,18	73,12	73,94	71,99
Minerais não metálicos	137,19	137,34	138,68	136,52	136,04	135,31	137,89	135,82	137,58	137,48	137,1	137,91	140,15	140,92	139,05	138,13	137,22	136,79	136,56
Metalurgia básica	88,31	86,28	85,89	85,82	85,31	85,27	79,86	85,36	85,81	84,78	83,78	79,99	79,52	78,37	77,65	76,64	76,37	75,53	74,51
Produtos de metal ⁽¹⁾	113,67	113,51	114,67	116,80	117,33	115,36	107,41	114,36	111,05	110,4	109,87	109,41	109,1	108,23	106,71	105,64	104,4	100,93	98,81
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	161,97	160,25	160,76	160,08	159,65	155,91	156,75	159,29	159,14	160,73	162,05	159,72	157,8	155,85	154,19	152,61	154,17	153,49	151,95
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	161,86	142,65	136,98	135,79	137,08	130,05	106,01	129,7	115,86	113,45	110,64	109,74	106,57	103,16	98,9	97,94	97,2	96,75	92,2
Fabricação de meios de transporte	178,23	178,14	176,61	174,93	173,72	170,09	164,97	171,26	170,27	169,55	166,6	169,1	168,93	166,28	163,6	161,74	161,35	157,56	153,35
Fabricação de outros produtos	68,15	68,71	69,19	65,71	65,39	64,18	61,20	65,14	65,02	64,56	64,13	62,43	60,64	58,85	59,95	58,95	58,41	58,42	57,92

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2015

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	4 208	2 118	- 4 141	4 424	104	-	6 713
Janeiro	4 208	2 118	- 4 141	4 424	104	-	6 713

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012	255 927	1,26	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	287 966	4,61	4 844 815	2,49

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.



IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br - ipardes@ipardes.gov.br